



SEÇÃO TEMÁTICA

## Pluralismo e diálogo inter-religioso na Conferência de Medellín

### *Pluralism and inter-religious dialogue at the Medellín Conference*

Wellington da Silva de Barros\*

**Resumo:** O artigo tem por objetivo compreender como a II Conferência de Medellín, por meio de seu documento conclusivo, refletiu sobre o pluralismo e o diálogo inter-religioso. Medellín representa um marco para a Igreja católica no continente latino-americano. Se na I Conferência, realizada no Rio de Janeiro em 1955, a Igreja do continente se preocupava com problemas internos como a escassez de sacerdotes, a preservação e a defesa da fé, a de Medellín reflete sobre problemas sociais mais abrangentes e urgentes. Com o objetivo principal de refletir sobre o papel da Igreja no contexto específico do continente, Medellín tem no Concílio Vaticano II (1962-1965) os seus fundamentos e motivações. É inspirada no Concílio que a Conferência de Medellín enfrenta o desafio de compreender o pluralismo e de acolher a exigência do diálogo inter-religioso.

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II. II Conferência de Medellín. Diálogo inter-religioso.

**Abstract:** The article aims to understand how the II Conference of Medellín, through its concluding document, reflected on pluralism and interreligious dialogue. Medellín represents a milestone for the Catholic Church in the Latin American continent. If at the First Conference held in Rio de Janeiro in 1955 the mainland church was concerned with internal problems such as the shortage of priests, preservation and defense of the faith, that of Medellín reflects on more comprehensive and urgent social problems. With the main objective of reflecting on the role of the church in the specific context of the continent, Medellín has in the Second Vatican Council (1962-1965) its foundations and motivations. It is inspired by the Council that the Medellín Conference faces the challenge of understanding pluralism and harbor the need for interreligious dialogue.

**Keywords:** Vatican Council II. II Medellín Conference. Interreligious dialogue.

---

\* Doutor em Teologia (Universidade Urbaniana de Roma). Professor do ITESP. Coordenador da Missão Paz (São Paulo). Contato: [barroswellington@hotmail.com](mailto:barroswellington@hotmail.com)

## Introdução

A II Conferência de Medellín<sup>1</sup> teve como tema: “*A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*”. Medellín foi a tentativa de interpretação e aplicação do Concílio Vaticano II (1962-1965) na América Latina. Impulsionada por ele, essa Conferência estava destinada a marcar profundamente a história da Igreja católica do continente. A motivação e o impulso para a realização da II Conferência se devem à necessidade de se tratar de temas conciliares fundamentais no continente e de outros que não tinham sido contemplados pelo Vaticano II.

A Conferência foi aberta pelo papa Paulo VI no dia 24 de agosto de 1968, com seu discurso pronunciado em Bogotá, sede do Conselho Episcopal da América Latina (CELAM). Depois da realização do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional, os trabalhos da Conferência prosseguiram na cidade de Medellín.

O diálogo inter-religioso desafia as religiões e as motiva para a construção da justiça e da paz. Abster-se dessa prática pode comprometer ainda mais a sobrevivência humana, pois tal diálogo objetiva novas formas de relação e convívio. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja católica deu passos significativos na busca de outras perspectivas para a reflexão teológica sobre o pluralismo religioso e a prática do diálogo inter-religioso.

O Vaticano II se fez presente também no continente latino-americano por meio das conferências episcopais continentais. Começando pela II Conferência de Medellín (1968) e seguindo até a V Conferência de Aparecida (2007), importantes perspectivas teológicas e pastorais herdadas do Concílio foram assumidas a partir dos desafios do continente.

A prática do diálogo inter-religioso traz consigo o tema do pluralismo religioso. Em geral, a percepção que uma religião possui de si mesma e das outras (pluralismo religioso) condiciona o diálogo inter-religioso de alguma forma. Esse tema marca a reflexão teológica atual de muitas religiões, sobretudo, da Igreja católica. Em geral, as religiões possuem suas perspectivas e/ou teologias sobre o pluralismo religioso, e estas interferem nas dinâmicas que uma determinada instituição religiosa se propõe ao buscar realizar o diálogo inter-religioso. A concepção do pluralismo religioso deve estar pautada na certeza de que o mesmo não se resume apenas a um fato contextual da modernidade ou contemporaneidade, mas é uma realidade definitiva e que pode ser concebida de forma positiva.

No âmbito da Igreja católica, percebemos que na contemporaneidade há uma sensibilidade diferente para o tema do pluralismo religioso, surgindo então a necessidade de uma reflexão teológica atualizada. Não há mais como desconhecer sua importância

---

1 A primeira Conferência foi realizada no Rio de Janeiro em 1955. A partir do documento conclusivo desse evento, destacamos brevemente que as preocupações da Igreja católica no continente era com os problemas internos. Os diálogos com o mundo – perspectiva presente no Vaticano II – e com a sociedade não aparecem. Essa Conferência estava inserida no contexto de nova cristandade, o que fez que o documento conclusivo fosse marcado por temas pós-tridentinos, mantendo uma postura apologética em relação ao mundo, ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Como não se pensava em ecumenismo e diálogo inter-religioso, os protestantes, os espíritas e a maçonaria foram vistos como inimigos da Igreja.

e as experiências plurais de sentido religioso. Pluralismo que – não sem ambiguidade – revela a experiência religiosa contemporânea e a impossibilidade de conceber uma única religião portadora da verdade plena. Por outro lado, constatamos a dificuldade de muitos setores e movimentos da Igreja católica em reconhecer o pluralismo religioso de uma maneira positiva. O pluralismo religioso é uma característica da modernidade, ele marcou presença no Vaticano II e, posteriormente, nas conferências episcopais em nosso continente. Ele traz consigo incertezas e desestabilizações; por isso, desperta resistências e desconfortos, avanços e recuos, e interpela a prática do diálogo inter-religioso.

Neste sentido, ao celebrar o jubileu da II Conferência de Medellín<sup>2</sup>, queremos examinar o tema do pluralismo religioso e a prática do diálogo inter-religioso a partir do documento conclusivo desta Conferência. Ambos os temas podem ser refletidos de forma autônoma; para nós, porém, estão intimamente relacionados, ainda que possam haver distâncias e contradições. Como o evento Medellín tinha como objetivo principal fazer a releitura de perspectivas conciliares fundamentais a partir do contexto latino-americano, devemos, antes, verificar resumidamente os avanços e recuos nesta temática delimitada oferecidos por alguns documentos conciliares.

### **O binômio Vaticano II-Medellín**

O Vaticano II ecoou na Igreja do continente latino-americano através das conferências episcopais de Medellín (1968); Puebla (1979); Santo Domingo (1992); e Aparecida (2007). É importante destacar que a característica principal da II Conferência de Medellín foi aplicar e interpretar o Vaticano II no contexto eclesial latino-americano. Sua importância foi a de dar início a uma tradição teológica e pastoral num clima de abertura eclesial e pastoral.

As conferências, com suas características, deram continuidade ao processo conciliar de diálogo e de atualização (encarnação) da Igreja católica em relação com o mundo. A novidade trazida por elas, sob a herança do diálogo conciliar, revelou-se através dos desafios específicos do continente.

Então, nesta tentativa de atualizar o Vaticano II no continente e objetivando inserir a Igreja naquele contexto de transformação, Medellín, por meio de seu documento conclusivo, refletiu sobre vários temas, sobretudo aqueles relacionados à situação social e à justiça. Para nós, é importante destacar o binômio Vaticano II-Medellín também em relação a nossa temática, e perceber os avanços e recuos no concílio e como Medellín assumiu os mesmos no continente latino-americano.

A abordagem restritiva e negativa da tradição católica com respeito ao pluralismo religioso foi superada pelo Vaticano II. Antes mesmo do Vaticano II, e no âmbito da Teologia, a abordagem das religiões aconteceu de forma mais positiva. Com o advento e a realização do Concílio, as religiões foram gradualmente vistas como portadoras de valores positivos. O Vaticano II teve caráter eminentemente pastoral e buscou novas

---

2 Para nos referir ao documento de Medellín, utilizaremos a expressão “Med.” e o número respectivo.

formas de diálogo da Igreja católica com o mundo moderno, superando o exclusivismo que marcou a história da Igreja católica<sup>3</sup>. Sendo assim, percebemos que o Vaticano II não ignorou o pluralismo religioso como característica da modernidade, e considerou-o positivamente.

O teólogo dominicano Geffré afirma que o Vaticano II significou o fim de certo absolutismo cristão, que coincidia com um eclesiocentrismo estreito (fora da Igreja não há salvação). Adotando uma atitude de diálogo (respeito e estima) em relação às religiões, porém, sem chegar ao ponto de considerar as religiões não cristãs como “caminhos de salvação, o magistério católico reconheceu que elas eram portadoras de ‘valores salutares’”. (GEFFRÉ, 1993, 62). Segundo ele, pode-se dizer que, pela primeira vez na história das teologias cristãs e no magistério, fora emitido um juízo positivo sobre as religiões.

*Diálogo* tornou-se uma palavra-chave da reflexão teológica e da prática da Igreja (em particular a missionária). Esta palavra entrou nos textos do Concílio Vaticano II, mas já estava presente na encíclica *Ecclesiam Suam* de Paulo VI, com um valor propriamente teológico (GEFFRÉ, 2004, 132).

Então, o Vaticano II situa a igreja não mais no sentido de confronto e polêmica, mas na perspectiva do encontro, do diálogo, cooperação e comunhão talvez nunca antes visto na sua história<sup>4</sup>. Essas expressões caracterizam bem os esforços da renovação da Igreja católica (WOLFF, 2012, 07-08). Três documentos do Vaticano II são fundamentais para perceber como a Igreja se situa em relação ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso: O decreto *Unitatis Redintegratio (UR)*, sobre o ecumenismo, a declaração *Dignitatis Humanae (DH)*, sobre a liberdade religiosa, e a declaração *Nostra Aetate (NA)*, sobre as religiões não cristãs. Logicamente, a posição católica deve ser compreendida na interação com o espírito de renovação (abertura ao diálogo) e com os demais documentos conciliares; sendo assim, há elementos também fundamentais na constituição pastoral *Gaudium et Spes (GS)* e no decreto *Ad Gentes (AG)*, sobre a atividade missionária, que não apresentaremos neste artigo. Vale destacar que o Vaticano II sofreu influência de duas importantes perspectivas teológicas inclusivistas sobre as religiões: a teologia do cumprimento e/ou acabamento<sup>5</sup> e a da presença de Cristo nas religiões<sup>6</sup>.

---

3 Apesar de ser considerada ainda como uma novidade, a Teologia das Religiões já fez um bom caminho. Houve muitas tentativas para classificar as posições teológicas. A classificação conhecida como mais simples e escolhida por nós neste trabalho para avaliar a concepção da Igreja católica é a tripartite de Schineller: perspectiva exclusivista (salvação relacionada com o conhecimento explícito de Jesus e a pertença à Igreja); perspectiva inclusivista (as demais religiões são caminhos de salvação, mas enquanto implicam a salvação de Jesus), perspectiva pluralista (todas as religiões participam da salvação de Deus a seu modo). (VIGIL, 2006, 62-67).

4 A posição teológica da Igreja católica que prevaleceu na sua história foi o exclusivismo, que considera uma única religião (Igreja) como verdadeira e possuidora da verdade plena. Considera as demais religiões (Igrejas) falsas, ou seja, sem valor salvífico. No âmbito da Igreja Católica, tal posição revelou-se através do axioma: “*Extra ecclesiam nulla salus*” (Fora da Igreja não há salvação) (TEIXEIRA, 2012, 21-28).

5 Esta perspectiva teológica de acabamento ou cumprimento significou certo avanço com relação ao exclusivismo, e está relacionada a teólogos como Jean Daniélou, Henri de Lubac e Hans Urs Von Balthasar. Esses teólogos trabalham com a visão de que os aspectos positivos das religiões são reconhecidos, mas devem encontrar a sua plenificação no Cristianismo. (VIGIL, 2006, 78).

6 Uma segunda posição associa-se ao pensamento de Karl Rahner, chamada de teoria da presença de Cristo nas religiões. Consiste na consideração de que as religiões comportam valores salvíficos através da ação de Cristo (compreensão mais aberta e dinâmica da revelação). Rahner enfatiza a presença de uma existência sobrenatural das diversas religiões. As religiões não são vistas como “naturais”, mas sobrenaturais, porque se relacionam com o mistério de Cristo. (TEIXEIRA, 2012,34-40).

Outro documento importante no Vaticano II é a declaração sobre a liberdade religiosa *Dignitatis Humanae*. Para Wolff, a declaração é um dos documentos conciliares que melhor expressam o desejo de diálogo por parte da Igreja com a sociedade moderna fundamentalmente plural, pois o pluralismo religioso é a democratização do universo religioso social e uma exigência de liberdade religiosa. Nesse contexto, não tem lugar reivindicação por hegemonia religiosa (WOLFF, 2012, 91). A declaração busca então defender a dignidade da liberdade humana (fundamento da liberdade religiosa), sem deixar dúvida quanto à veracidade e à unicidade da Igreja:

Em primeiro lugar, pois, afirma o sagrado Concílio que o próprio Deus deu a conhecer ao gênero humano o caminho pelo qual, servindo-O, os homens se podem salvar e alcançar a felicidade em Cristo. Acreditamos que esta única religião verdadeira se encontra na Igreja católica e apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou o encargo de a levar a todos os homens (...) Por sua parte, todos os homens têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, uma vez conhecida, de a abraçar e guardar (...) Ora, visto que a liberdade religiosa, que os homens exigem no exercício do seu dever de prestar culto a Deus, diz respeito à imunidade de coação na sociedade civil, em nada afeta a doutrina católica tradicional acerca do dever moral que os homens e as sociedades têm para com a verdadeira religião e a única Igreja de Cristo. (*DH*, n.1)

A declaração sobre relação da Igreja católica com as religiões não cristãs *Nostra Aetate* é o documento mais curto do Vaticano II. Wolff (2012, 138) destaca que a declaração buscou aproximar a Igreja das diferentes tradições religiosas através de relações dialógicas, conviviais visando a colaboração inter-religiosa para o bem comum. A declaração reconhece que as religiões são respostas aos enigmas da condição humana (*NA*, n. 1). Apesar da novidade presente na *Nostra Aetate* em relação ao reconhecimento positivo das religiões – de que existe verdade e santidade nas religiões –, evita-se conceder às demais religiões qualquer autonomia salvífica, e afirma que Cristo é a plenitude da vida religiosa:

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, “caminho, verdade e vida” (Jo. 14, 6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas (*NA*, n.2).

Então, a positividade que há nas religiões está profundamente relacionada com a presença universal de Jesus. Ao recusar aceitar a autonomia salvífica das religiões, a declaração reafirma a teologia do acabamento:

Com efeito, a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professa que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé, estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio desse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia, estabelecer a antiga Aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos da oliveira brava, os gentios. Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e os gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo (*NA*, n.4).

Há uma sensibilidade nova e positiva da Igreja católica no Vaticano II em relação ao pluralismo religioso e ao diálogo inter-religioso. Porém, como evidenciamos acima, estão presentes alguns limites na doutrina conciliar. A perspectiva da Igreja é extremamente eclesiocêntrica e cristocêntrica, ou seja, a Igreja católica reconhece como bons e positivos elementos presentes nas outras religiões que se encontram nela de forma abundante. A Igreja católica reconhece que nas outras religiões também existem elementos da verdade.

Assim, é possível perceber que a forma como o Vaticano II concebe as religiões tem, ainda, uma conotação exclusivista. Na verdade, as religiões não são positivas por se apresentarem em suas alteridades genuínas, mas porque alguns valores católicos também podem ser vividos por elas. Nega-se autonomia à alteridade religiosa, e a acolhida desta alteridade pela Igreja católica é parcial e seletiva, e se nega a dialogar com a alteridade religiosa de forma igualitária e autônoma. A postura é ambígua, pois revela a tensão eclesial entre aceitar a presença da graça de Deus nas outras religiões e a necessidade da existência da mesma Igreja. Conforme indicamos anteriormente, o Vaticano II é muito positivo em relação ao indivíduo e a sua salvação, mas este otimismo não é o mesmo em relação às religiões.

Com essa observação, pode-se dizer que aqueles que buscam no Vaticano II uma consideração teológica sobre pluralismo religioso, pela quais religiões não cristãs possuíam valores salvíficos autônomos, não a encontram. O Vaticano II se torna um concílio plural no esforço de renovação da igreja, tanto *ad intra* como *ad extra*, ou seja, em sua relação interna e com o mundo. Na relação, sobretudo, com o mundo moderno, o pluralismo se faz presente na Igreja, pois, contextualiza-se numa realidade plural e numa atitude positiva quanto às realidades terrestres. Contudo, não afirmou explicitamente que as religiões são “caminhos de salvação” para seus membros, pois, não há vias alternativas de salvação fora de Jesus Cristo.

## Relevância da Conferência

Se, de um lado, Medellín significou a aplicação do Vaticano II no continente, de outro afirmou o compromisso com o processo de libertação em curso no continente latino-americano. A II Conferência assumiu a visão de um mundo profundamente dividido quanto às nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, entre países ricos e países pobres. A proposta de Medellín não era que apenas que a Igreja católica dialogasse com o mundo moderno, mas, neste mundo dividido, fizesse a opção pelos oprimidos, e lutasse pela sua libertação (BEOZZO, 2005, 67).

Podemos dizer que foi a partir desta conferência que a Igreja latino-americana se revelou com feições próprias e identificadas com os pobres do continente. Sua pastoral partiu da periferia do sistema, da sociedade em processo de transformação. O documento utilizou instrumentos de análise das Ciências Sociais e evidenciou a contradição entre a miséria e a riqueza:

É necessário salientar que o exemplo de Jesus, a situação angustiosa de milhões de pobres na América Latina, as incisivas exortações do papa e do Concílio, põem a Igreja ante

um desafio e uma missão a que não pode fugir... Cristo, nosso Salvador, não só amou aos pobres, mas também “sendo rico se fez pobre”, viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres e fundou sua Igreja como sinal dessa pobreza entre os homens. (Med. 14.7)

O documento acentuou a necessidade de uma evangelização libertadora, diante de uma sociedade injusta, dependente e opressora. A partir do tema da pobreza, o documento ressaltou a importância de um episcopado que não fosse indiferente frente à mesma, e que deveria ouvir os clamores de muitas pessoas por libertação, que lhes chegavam de toda parte.

Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. (...) E chegam igualmente até nós as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos, são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso devemos esclarecer que com muita frequência se confunde a aparência com a realidade. Muitos fatores têm contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas são alguns desses fatores. (Med. 14.2)

Alguns bispos, sacerdotes e religiosos optaram por viver com mais simplicidade e despojamento e o próprio documento propôs que se apresentasse cada vez mais nítido na América Latina o rosto da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, despojada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do ser humano.

A acolhida da mensagem da conferência nas práticas eclesiais ocorreu através de alguns bispos e das Conferências Episcopais Nacionais. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram como uma tentativa de superar o divórcio entre a fé e a vida, bem como os movimentos populares e os grupos de leitura popular da Bíblia (CALIMAN, 1999, 163-180). As CEBs e a leitura popular da Bíblia são outros pontos fortes no documento, frutificaram e ajudaram a Igreja no exercício de sua vocação profética diante de si mesma e da vida política. Duas palavras ajudam a compreender e definir o documento: libertação e pobreza (LIBANIO, 2007, 24).

### **Medellín, ecumenismo e diálogo inter-religioso**

Na introdução do documento conclusivo, deixa-se claro que a preocupação do episcopado deve ser o homem do continente que vive um momento histórico decisivo (Med. 1). Apesar de nossa análise do documento de Medellín ser feita a partir do pluralismo religioso, vale também apresentar que se trata, sobretudo, das igrejas cristãs. Na primeira parte sobre a promoção humana, o documento destaca primeiramente que as conferências episcopais e as organizações católicas devem promover a colaboração com igrejas e instituições não católicas na busca de instaurar a justiça nas relações humanas (Med. 1.22): “Além disso, as conferências episcopais e as organizações católicas deem promover a colaboração, em âmbito continental com as igrejas e instituições cristãs não católicas, dedicadas à tarefa de instaurar a justiça nas relações humanas”.

Já na segunda parte, sobre a paz, Medellín destaca a dificuldade de integração e as tensões entre os países do continente. O caráter pluridimensional ganha destaque, pois a integração não deve ser somente no âmbito econômico, mas abranger o homem todo, ou seja, também a dimensão religiosa (Med. 2.11). Diante das situações que ameaçam a paz, o episcopado deve avançar em algumas linhas pastorais (total de 13), das quais duas chamam nossa atenção. Destaca, então, que para a construção da paz é necessário convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não cristãs a colaborar nesta fundamental tarefa de nossos tempos (Med. 2,26). Como também os homens de boa vontade para que, unidos aos responsáveis das confissões religiosas, possam promover em suas esferas de influência uma consciência de maior solidariedade. (Med. 2.30): “Convidar os bispos, os responsáveis das diversas confissões religiosas e os homens de boa vontade das nações desenvolvidas para que promovam nas suas respectivas esferas de influência...”.

Ao refletir sobre a realidade das famílias, Medellín diz que a pastoral familiar deve ter algumas metas e orientações, dentre as quais levar a todas as famílias a uma abertura a outras famílias, incluindo as de concepções cristãs diferentes (Med. 3.20). Porém, a Igreja católica é concebida como fundada por Jesus Cristo:

[...] A Igreja, no que se refere à sua missão específica, recomendada pelo seu divino fundador, deve promover e fomentar a educação cristã a que todos os cristãos batizados têm direito para que alcancem a maturidade de sua fé. Enquanto servidora de todos os homens, a Igreja busca por meio de seus membros, especialmente pelos leigos, colaborar nas tarefas de promoção humana cultural sob todas as formas que interessam à sociedade (Med. 4.9).

Mais adiante na temática sobre a educação, salienta-se que entre os vários compromissos que a escola católica deverá assumir está o de abertura ao diálogo ecumênico. (Med. 4.19). Sobre as universidades, destaca-se que é necessário atender os alunos das escolas católicas e não católicas (Med. 4.28). E a atitude da igreja no campo da educação não deve contrapor a escola confessional e a não confessional, e deve colaborar contando com a reciprocidade entre escola e escola (Med. 4.28). Também entre a juventude devem ser promovidas iniciativas de caráter ecumênico (Med. 5.19).

No âmbito da pastoral das massas, destaca-se que na grande massa de batizados encontram-se também grupos étnicos semipagãos, massas camponesas que conservam uma profunda religiosidade com sentimentos religiosos, porém, de pouca prática cristã, e se reflete sobre a situação de pluralidade cultural no continente (Med. 6.1). A pastoral conservadora da Igreja, baseada em uma sacramentalização, foi a que vigorou no continente. Porém, torna-se obsoleta quando as estruturas sociais não coincidem com as eclesiais. Então, a pastoral das massas deve ser revista para se adaptar a diversidade e pluralidades culturais do continente. Medellín vai, então, tratar da religiosidade popular, e a define como sendo de tipo cósmico em que Deus é a resposta às necessidades do homem. Ante essa religiosidade, a Igreja se encontra num dilema: ou continua a ser Igreja universal, ou converte-se em seita e não os incorpora em si. Por ser Igreja e não seita, a Igreja católica deve oferecer sua mensagem de salvação a todos os homens e correr o risco de que nem todos a aceitem da mesma forma. (Med. 6.3).



Ao tratar da catequese, a Igreja católica é novamente apresentada como aquela através da qual Deus confiou a sua mensagem, e ao homem, que necessita dela para salvar-se (Med. 8.1). Na mesma temática sobre a catequese, temos outras duas referências sobre o ecumenismo. A primeira ressalta o aspecto totalmente positivo do ensinamento catequético com seu conteúdo de amor. Assim, fomentar ecumenismo verdadeiro que evite toda polêmica para ser criado um ambiente propício à justiça e à paz (Med. 8.11). Já a segunda se insere nas dinâmicas das celebrações comunitárias ecumênicas a Palavra (Med. 9.14). Em geral, refere-se a outras igrejas de forma negativa: não cristãs ou não católicas.

Em geral, Medellín não traz explicitamente o tema do diálogo inter-religioso e é mais ousado no tema do ecumenismo talvez pelo fato de o Cristianismo ser a religião hegemônica no continente, o que poderia tornar, aos olhos dos bispos, o tema do diálogo entre as religiões não tão urgente.

Mesmo com as riquezas de Medellín, os grupos étnicos são entendidos como grupos semipaganizados e, tampouco, cita-se a população afro-americana. A visão do pluralismo religioso de Medellín sugere um diálogo inter-religioso baseado na prática. Mesmo com o relativo silêncio sobre o pluralismo e o diálogo inter-religioso e tendo como foco o homem e sua condição, Medellín sugere uma proposta de diálogo inter-religioso, mas não o aprofunda explicitamente!

### **Considerações finais**

A II Conferência de Medellín buscou atualizar no contexto latino-americano o Concílio Vaticano II. A recepção do Vaticano II na América Latina pode ser sintetizada nas palavras “acolhida” e “interpretação”. Com avanços e recuos o processo de recepção, é percebido de maneira especial através desta conferência que procurou dar continuidade ao processo “encarnatório” da Igreja católica no mundo moderno no contexto latino-americano. Isso exigiu um contínuo aprendizado à realidade latino-americana e aos reais problemas de seus povos.

Medellín optou por temas conciliares a partir do contexto do continente, sobretudo, a partir da situação de opressão que clama por justiça. Em relação ao pluralismo religioso e à prática do diálogo inter-religioso, Medellín segue as perspectivas conciliares de um modo geral e discreto, pois, como vimos, dedica-se um pouco mais ao tema do ecumenismo e não especifica explicitamente sob quais dinâmicas deve acontecer a relação da Igreja católicas com outras igrejas cristãs ou religiões. Nesse sentido, percebemos que há um relativo silêncio sobre o pluralismo e o diálogo inter-religioso. O que não significa que não podemos elencar elementos que revelam como concebe Medellín o pluralismo religioso e o diálogo inter-religioso. Sobre o pluralismo, reafirma as perspectivas conciliares; já sobre o diálogo inter-religioso, ao aprofundar o tema dos pobres presentes em alguns documentos conciliares, Medellín coloca tal tema no centro da reflexão teológica do continente. Medellín traz outra sensibilidade ao povo que sofre e convoca para o comprometimento com os pobres (opção pelos pobres e contra a pobreza). Pensamos estar, aqui, um importante fundamento e objetivo para o diálogo inter-religioso.

Em suma, devemos destacar que, em Medellín, a Igreja católica deveria assumir o homem e seu processo histórico de libertação como objetivo, buscando sua libertação integral por meio de mudanças estruturais na sociedade. Para isso, segundo Medellín, a Igreja católica deveria ser despojada, pobre e pascal para aproximar-se da realidade dos pobres. A opção pelos pobres tornou-se o centro da reflexão teológica: eles são os protagonistas do processo libertador. A opção pelos pobres, embora seja o centro da conferência, uniu-se, porém, com a justiça, o desenvolvimento integral e o diálogo com outros sujeitos históricos:

Expressamos nosso desejo de estar sempre bem perto dos que trabalham no abnegado apostolado dos pobres, para que sintam nosso estímulo e saibam que não ouviremos vozes interessadas em denegrir seu trabalho. A promoção humana há de ser a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. Com esse fim, reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nossa pastoral e da integração de nosso esforço com os esforços de outras entidades (Med. 14.11).

Neste sentido, importa trazer a questão da pobreza (opção pelos pobres) como possibilidade de abertura nas perspectivas sobre o pluralismo religioso e a prática do diálogo inter-religioso. Entendemos que as instituições religiosas podem oferecer o que tem de melhor, de mais digno, mais alegre e esperançoso, ou seja, afirmar a vida em contraposição à morte. Diante das urgências da pobreza e suas diversas faces concretas que ameaçam a vida, outros temas das religiões como a doutrina deixam de ser primordiais. Diante da pobreza, as religiões não deveriam ficar indiferentes ou num diálogo estreito sobre doutrinas ou sobre elas mesmas, sem levar em conta os problemas do mundo. Seguindo as intuições e objetivos de Medellín, podemos concluir que o diálogo inter-religioso poderá ser inútil ou hipócrita se não estiver voltado para a vida das pessoas que mais sofrem.

## Referências

BEOZZO, José Oscar. Vaticano II e as transformações culturais na América Latina e no Caribe. In: *Religião e Cultura*. Departamento de Teologia e Ciências da Religião PUC-SP IV, n.8 (jul/dez). São Paulo: EDUC-Paulinas, 2005.

CALIMAN, Cleto. A trinta anos de Medellín. Uma nova consciência eclesial na América Latina. In: *Perspectiva Teológica*, 1999, 31, pp. 163-180.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documentos do CELAM: Conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001.

GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIBÂNIO, João Batista. *Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano: do Rio de Janeiro a Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 24.

TEIXEIRA, Faustino. *Teologia e Pluralismo Religioso*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.

VIGIL, José Maria. *Teologia do pluralismo religioso*. Para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLFF, Elias. *Unitatis Redintegratio, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Recebido: 25 de julho de 2018.

Aprovado: 15 de agosto de 2018.